

Novas regras de conversão devem entrar em vigor no ano que vem

por Ronaldo D'Ercole
de São Paulo

O fluxo de capital estrangeiro que vem sendo investido nos diversos setores industriais pelas operações formais de conversão da dívida externa pode ser interrompido a partir do ano que vem. Essa possibilidade foi cogitada ontem pelo ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, em São Paulo, pouco antes de ser homenageado em jantar oferecido pela Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban).

O ministro reiterou que o governo está muito preocupado com os efeitos monetários que as conversões podem trazer ao programa governamental de controle da inflação. "Examinamos uma forma de conciliar a conveniência do prosseguimento dos leilões de conversão sem comprometer a expansão da base monetária e seus efeitos inflacionários", disse ele, adiantando que não existe ainda

nenhuma decisão definida sobre como se fará isso.

PROPOSTAS

Mailson afirmou, porém, que as propostas em estudo na área econômica do governo vão desde a mais radical, que seria a "suspensão pura e simples dos leilões formais de conversão", passando por medidas mais "brandas". Como alternativas mais brandas, o ministro da Fazenda indicou a introdução de um espaçamento maior de tempo entre um leilão e outro, que hoje são realizados mensalmente.

A redução dos valores a serem convertidos por leilão, passando por um congelamento "temporário" dos valores convertidos que seriam liberados parceladamente pelo Banco Central (BC), estaria entre as medidas "brandas" que estão sendo avaliadas pelo governo.

"Sabemos da importância dos leilões de conversão para o País, que já viabili-

zou investimentos superiores a US\$ 3 bilhões apenas neste ano. Esse dado será considerado antes que qualquer decisão seja tomada", ponderou o ministro. Essa decisão, segundo

ele, deverá estar definida até o final do ano, quando o governo pretende já ter definido toda a sua programação econômica para 1989. (Ver matérias sobre conversão na página 21)